

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.870.163/0001-84
Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2016, do Banco Alvorada S.A. ("Banco Alvorada"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
No semestre, o Banco Alvorada registrou Lucro Líquido de R\$ 1,3 bilhão, correspondente a R\$ 6.318,15 por ação,

Patrimônio Líquido de R\$ 19,8 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 13,94% sobre o Patrimônio Líquido médio do período.

Salvador, BA, 27 de julho de 2016.

Diretoria

Balanço Patrimonial em 30 de junho - Em Reais mil

	2016	2015		2016	2015
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	8.178.962	4.635.175	CIRCULANTE	922.359	690.982
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	2	2	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	922.359	690.982
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a).....	73.837	507.892	Sociais e Estatutárias (Nota 13c).....	888.008	644.810
Aplicações no Mercado Aberto.....	73.837	117.077	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a).....	14.918	9.744
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	-	390.815	Diversas (Nota 12b).....	19.433	36.428
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	205.471	204.234
DERIVATIVOS (Nota 6a).....	335.800	241.681	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	205.471	204.234
Carteira Própria.....	436	10.299	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a).....	169.186	170.634
Vinculados à Prestação de Garantias.....	335.364	231.382	Diversas (Nota 12b).....	36.285	33.600
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....	-	6	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.789.341	17.740.269
Transferências Internas de Recursos.....	-	6	Capital:		
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7).....	(63)	(131)	- De Domiciliados no País (Nota 13a).....	11.176.393	11.176.393
Operações de Arrendamentos a Receber:			Reservas de Lucros (Nota 13b).....	8.608.205	6.548.483
- Setor Privado.....	561	1.030	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	4.743	15.393
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil.....	(551)	(872)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa.....	(73)	(289)			
OUTROS CRÉDITOS.....	7.769.343	3.885.659			
Rendas a Receber (Nota 8a).....	7.705.840	3.765.750			
Diversos (Nota 8b).....	63.533	119.934			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(30)	(25)			
OUTROS VALORES E BENS.....	43	66			
Outros Valores e Bens.....	239	275			
Provisões para Desvalorizações.....	(196)	(209)			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	827.598	690.969			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6a).....	-	1.451			
Moeda de Privatização.....	-	1.451			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7).....	-	(3)			
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Privado.....	22	357			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil.....	(22)	(357)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa.....	-	(3)			
OUTROS CRÉDITOS.....	827.598	689.521			
Rendas a Receber (Nota 8a).....	85	-			
Diversos (Nota 8b).....	827.631	689.651			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(118)	(130)			
PERMANENTE	11.910.611	13.309.341			
INVESTIMENTOS (Nota 9).....	11.891.181	13.266.378			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País.....	11.882.273	13.257.465			
Outros Investimentos.....	36.565	51.454			
Provisões para Perdas.....	(27.657)	(42.541)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 10).....	19.430	42.963			
Bens Arrendados.....	100.254	221.566			
Depreciação Acumulada.....	(80.824)	(178.603)			
TOTAL	20.917.171	18.635.485	TOTAL	20.917.171	18.635.485

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado dos Semestres findos em 30 de junho - Em Reais mil

	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	36.934	123.125
Operações de Créditos (Nota 7e e g).....	2.781	6.049
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7g).....	9.490	14.529
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b).....	24.663	102.547
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.463	14.293
Operações de Captações no Mercado.....	37	-
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7g).....	9.406	14.608
(Reversão)/Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7e).....	20	(315)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	27.471	108.832
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	1.299.393	1.133.220
Despesas de Pessoal (Nota 14).....	(457)	(4.607)
Outras Despesas Administrativas (Nota 15).....	(6.115)	(6.329)
Despesas Tributárias (Nota 16).....	(2.315)	(5.578)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a).....	1.299.926	1.138.788
Outras Receitas Operacionais (Nota 17).....	29.235	38.421
Outras Despesas Operacionais (Nota 18).....	(20.881)	(27.475)
RESULTADO OPERACIONAL	1.326.864	1.242.052
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19)	1.587	1.579
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.328.451	1.243.631
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 22a e b)	(9.612)	(26.978)
Provisão para Imposto de Renda.....	(10.122)	(6.463)
Provisão para Contribuição Social.....	(7.121)	(3.052)
Ativo Fiscal Diferido.....	7.631	(17.463)
LUCRO LÍQUIDO	1.318.839	1.216.653
Número de ações (Nota 13a).....	208.738	208.738
Lucro por ação em R\$.....	6.318,15	5.828,61

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Semestres findos em 30 de junho - Em Reais mil

	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.328.451	1.243.631
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(1.271.250)	(1.130.016)
(Reversão)/Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	20	(315)
Depreciações.....	19	66
Reversão de Provisão para Perdas de Ativos.....	(333)	-
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(1.299.926)	(1.138.788)
(Reversão)/Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	12.588	(19.335)
Insuficiência de Depreciação.....	9.370	14.353
Outras Provisões.....	7.012	14.003
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	57.201	113.615
Redução/(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	73.941	(63.615)
Redução/(Aumento) em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros		
Derivativos.....	(80.584)	42.667
Redução em Relações Interdependências.....	-	18
Redução em Operações de Arrendamento Mercantil.....	35	172
Redução/(Aumento) em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(13.088)	15.488
Redução em Outras Obrigações.....	(18.599)	(85.464)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(8.067)	(15.089)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	10.839	7.792
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Redução em Títulos Disponíveis para Venda.....	11	56.998
Redução de Capital em Dinheiro de Investida.....	-	8.791
Aquisição de Investimentos.....	-	(4.311)
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas.....	20.190	19.486
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	20.201	80.964
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	-	(42.500)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	-	(42.500)
Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	31.040	46.256
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	42.799	1.663
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	73.839	47.919
Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	31.040	46.256

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais mil

	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
Eventos		Legal	Estatutária	Próprias	Coligadas e Controladas		
Saldos em 31.12.2014	11.176.393	929.082	4.699.202	39.722	18.196	-	16.862.595
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(39.668)	(2.857)	-	(42.525)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	1.216.653	1.216.653
Destinações: - Reservas	-	60.833	859.366	-	-	(920.199)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Pagos.....	-	-	-	-	-	(246.454)	(246.454)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(246.454)	(246.454)
Saldos em 30.6.2015	11.176.393	989.915	5.558.568	54	15.339	-	17.740.269
Saldos em 31.12.2015	11.176.393	1.059.036	6.543.555	48	(8.016)	-	18.771.016
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(16)	12.727	-	12.711
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	1.318.839	1.318.839
Destinações: - Reservas	-	65.942	939.672	-	-	(1.005.614)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(313.225)	(313.225)
Saldos em 30.6.2016	11.176.393	1.124.978	7.483.227	32	4.711	-	19.789.341

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Alvorada S.A. ("Banco Alvorada" ou "Instituição") é uma instituição financeira, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio, arrendamento mercantil e participações em outras sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de julho de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.870.163/0001-84
Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7f).

V - Superveniência/insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registrados no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (Nota 7h).

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

a) Classificação por categoria e prazos

Em 30 de junho - R\$ mil								
				2016		2015		
Títulos	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos para negociação (2)	-	-	335.364	335.364	335.488	(124)	241.200	(33)
Letras financeiras do tesouro	-	-	335.364	335.364	335.488	(124)	231.382	(33)
Cotas de fundo de renda fixa	-	-	-	-	-	-	9.818	-
Títulos disponíveis para venda (3)	436	-	-	436	297	139	1.932	176
Ações.....	436	-	-	436	297	139	481	184
Outros	-	-	-	-	-	-	1.451	(8)
Total em 2016.....	436	-	335.364	335.800	335.785	15		
Total em 2015.....	10.299	25.028	207.805				243.132	143

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015 não foram realizadas perdas por *impairment* para os títulos classificados na categoria de "disponíveis para venda".

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil		
	2016		2015
	7.207		26.213
Títulos de renda fixa	17.428		16.003
Títulos de renda variável (1)	28		60.331
Total	24.663		102.547

(1) Em 2015, compreende, substancialmente, ao lucro apurado na alienação de ações da VALID - Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamentos e Identificações S.A. no montante de R\$ 60.316 mil.

c) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Alvorada não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Apresentamos as informações relativas às operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Curso normal									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016 (A)	%	2015 (A)	%
Arrendamento mercantil.....	49	48	46	133	225	18	519	3,38	962	5,85
Outros créditos (1)	560	213	216	659	1.374	11.799	14.821	96,62	15.489	94,15
Total em 2016	609	261	262	792	1.599	11.817	15.340	100,00		
Total em 2015	594	243	237	705	1.363	13.309			16.451	100,00

créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

h) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	2	2
Total de disponibilidades (caixa)	2	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	73.837	47.917
Total de caixa e equivalentes de caixa	73.839	47.919

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUEZ

a) Vencimentos

Aplicações no mercado aberto:	Em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Total	
	2016	2015			
Posição bancada.....	73.837	-	-	73.837	117.077
Letras do tesouro nacional	73.837	-	-	73.837	117.077
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	-	-	-	390.815
Total em 2016	73.837	-	-	73.837	
Total em 2015	47.917	390.815	69.160		507.892

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

Rendas de aplicações em operações compromissadas:	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil		
	2016		2015
	7.207		5.370
Posição bancada	7.207		20.843
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	-		20.843
Total (Nota 6b)	7.207		26.213

...continuação

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 23.985 mil (2015 - R\$ 21.181 mil) relativas a superveniência de depreciação R\$ 4.842 mil (2015 - R\$ 10.715 mil), ao ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos R\$ 22 mil (2015 - R\$ 36 mil) e a atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 19.121 mil (2015 - R\$ 10.430 mil).

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da Instituição estão segurados por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos funcionários em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização.

O Banco Alvorada, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2016.

A Diretoria

Silvio José Alves – Contador – CRC 1SP202567/O-5 S - BA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Alvorada S.A.

Salvador - BA

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Alvorada S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do

auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Alvorada S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre, findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Osasco, 18 de agosto de 2016

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

IMAGENS DO DIA OLIMPÍADA RIO-2016



MARTIN BUREAU / AFP

NO ALTO

Sincronia e muita força

O nado sincronizado é um dos esportes mais complicados da Olimpíada. Além da habilidade, as atletas precisam ter muita força para lançar as companheiras para o alto na piscina. A equipe da China está em segundo na rotina técnica por equipes.



PHILIPPE LOPEZ / AFP

HERMANOS

Título no hóquei sobre grama

A Argentina conquistou ontem a primeira medalha de ouro do país na história no hóquei sobre grama. Na final do masculino, vitória de 4x2 sobre a Bélgica. A Alemanha levou o bronze.



JAVIER SORIANO / AFP

CALMA, AMIGA!

Não precisa deixar a companheira sem roupa...

Na semifinal do handebol feminino, a França venceu a Holanda por 24x23. No duelo de ontem, as francesas sofreram com a forte marcação adversária. Rolou até uma puxada indiscreta...



FRANCOIS XAVIER MARIT / AFP

TIBUM!

Na água

É um peixe? Um tubarão? Nada disso. Essa é apenas a vista subaquática da chinesa Qian Ren, medalha de ouro nos saltos ornamentais da plataforma de 10 metros.